

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.099 - MG (2019/0064491-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE TRES CORACOES
ADVOGADOS : ALEXANDRE LÚCIO DA COSTA - MG059821
WLADIMIR RODRIGUES DIAS - MG069322
LARISSA DE MOURA GUERRA ALMEIDA E OUTRO(S) -
MG144249
AGRAVADO : ISABEL MARIA DE ALMEIDA - ESPÓLIO
AGRAVADO : ANTONIO LEMOS DE ALMEIDA - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : SERGIO COSTA PEREIRA - MG053852
TULIO GUEDES FAVARO - MG073743

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MUNICIPIO DE TRÊS CORAÇÕES, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MUNICIPIO DE TRÊS CORAÇÕES, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes aos causídicos que representam o ente municipal, subscritores do agravo e do recurso especial, Dr. Wladimir Rodrigues Dias, Dr. Alexandre Lúcio da Costa e Dra. Larissa de Moura Guerra Almeida.

Registre-se que à fl. 610, há um substabelecimento, sem a procuração originária para o seu substabelecimento, Dr. Rondinele Matias da Silva.

Porém, o substabelecimento não subsiste por si só, sem uma procuração que lhe dê suporte, sendo impossível substabelecer um poder que não existe nos autos (AgRg nos EREsp 685.903/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 10/10/2008.)

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ressalte-se que "quando a representação do ente público faz-se mediante advogados privados, contratados, no comum dos casos, por prévio procedimento licitatório, é necessário que esse contrato de mandato prove-se pelo respectivo instrumento, vale dizer, pela procuração ou pelo substabelecimento" (AgInt no REsp 1603300/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 22/02/2017).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 709/710), ficou-se inerte (fl. 711). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente